

Impresso
Especial

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...



SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.30, n.5-6, maio/junho 2008

sumário

- 1 A POLÍTICA INDUSTRIAL DO GOVERNO LULA
Gilmar Mendes Lourenço
- 4 CARACTERÍSTICAS DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL DO PARANÁ
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 6 O RETORNO DA INFLAÇÃO NO MUNDO
Gilmar Mendes Lourenço
- 8 A CONJUNTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 10 NOTAS DE CONJUNTURA
Gilmar Mendes Lourenço, Guilherme Amorim, Aline Matsushita, Flávia Tamioso Marvulo e Maria Laura Simões Saker
- 13 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim, Aline Matsushita, Flávia Tamioso Marvulo e Maria Laura Simões Saker
- 18 ACOMPANHAMENTO DE TEMAS SOCIAIS
Silmara Cimbalista e Aline Matsushita
- 24 ECONOMIA PARANAENSE - Indicadores Seleccionados

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

NESTOR CELSO IMTHON BUENO - Secretário

IPARDES

CARLOS MANUEL DOS SANTOS

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THÁIS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

Equipe

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

SILMARA CIMBALISTA (*Pedagoga*)

ALINE MATSUSHITA

FLÁVIA TAMIOSO MARVULO

MARIA LAURA SIMÕES SAKER

(Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO (*normalização bibliográfica*)

ANA BATISTA MARTINS (*editoração eletrônica*)

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), anunciada em meados de maio de 2008 pelo governo Lula, rótulo da Política Industrial, representa essencialmente uma versão nova, agrupada, e levemente ampliada, de iniciativas já esboçadas desde o começo do primeiro mandato presidencial, particularmente no campo de desoneração tributária e da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada em março de 2004.

Por focarem um leque de objetivos bastante amplos, incluindo elementos ligados em simultâneo à oferta e à demanda, como investimento, mercado e tecnologia, ancorados na concessão de incentivos fiscais e sem especificação adequada do papel a ser desempenhado pelas compras governamentais, aquelas atitudes pouco avançaram.

Nas circunstâncias presentes, vislumbra-se o delineamento de uma aliança estratégica entre o governo e as grandes corporações privadas, em especial as que já estabeleceram fortes laços com o mercado externo, e que deverão abocanhar precisamente R\$ 210,4 bilhões até 2010 de haveres do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De pronto, o desejo dos agentes econômicos repousa em uma sorte maior à PDP quando confrontada com os resultados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), editado em janeiro de 2007, que, subtraindo os projetos e ações da Petrobrás, até aqui, a despeito de possuir até Mãe, pode ser considerado como emperrado e/ou “letra morta” dentro da burocracia e do orçamento público, fruto da absoluta ausência de gestão e coordenação adequadas. Apurações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) denotam que apenas 0,74% dos recursos do PAC para 2008 foram liberados nos primeiros cinco meses do ano.

Porém, a postura ativa da Petrobrás ensejou a abertura de espaços para o revigoreamento das operações da iniciativa privada em algumas frentes relevantes de investimentos, notadamente em infra-estrutura. A estatal e os grupos privados a ela vinculados respondem por mais de 60,0% do valor das inversões nesse segmento. Isso é especialmente verdadeiro quando se verifica o maior ritmo de expansão das contratações líquidas de empregados na construção pesada em confronto com a de edificações (residenciais) e comerciais, que cresceram 18,0% e 15,0%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2008, conforme estatísticas do Ministério do Trabalho.

A PDP contém providências acertadas visando ao cumprimento de algumas metas macroeconômicas até o ano de 2010, tais como a compressão do custo do investimento produtivo doméstico, mediante a ascensão da formação de capital de 17,6% para 21,0% do Produto Interno Bruto (PIB), o acréscimo das inversões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de 0,51% para 0,65% do PIB, e a ampliação da participação do valor das exportações brasileiras no total mundial de 1,18% para 1,25%.

Para tanto, dentre as medidas microeconômicas verticais, destacam-se a prorrogação por dois anos do prazo de depreciação de bens destinados ao ativo fixo, a redução da contribuição patronal sobre a folha de salários das empresas da área de tecnologia da informação para até 10,0%, a diminuição pela metade do tempo de apropriação dos créditos acumulados do Pis/Pasep e da Cofins (de dois anos para um ano), a duplicação do prazo de financiamento do Finame de cinco para dez anos, com diminuição dos juros, e a instituição de fundos destinados a aplicações em pesquisa e tecnologia e à construção naval, com isenção de IPI e Pis/Cofins.

Houve também a eliminação do Imposto de Renda (IR) cobrado no registro de despesas com promoção comercial efetuadas no exterior, a extinção da alíquota de 0,38% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), compensando parcialmente o furor tributário manifestado no começo do ano para minimizar as supostas perdas de receitas derivadas do fim da CPMF, e a diminuição do *spread* nos empréstimos do BNDES de 1,4% ao ano para 1,1% a.a., e de 1,5% a.a. para 0,9% a.a. para bens de capital.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano – FAE Business School.

A intenção de restabelecimento da atuação do Estado como indutor do desenvolvimento parece compatível com a experiência das nações emergentes

Evidentemente, a intenção de restabelecimento da atuação do Estado como indutor do desenvolvimento parece compatível com a experiência e, sobretudo, com os resultados, trilhada pelas nações emergentes desde a intensificação da globalização produtiva e financeira no final dos anos 1970, particularmente os asiáticos. Contudo, as escolhas estratégicas transitam por duas opções excludentes: a definição de prioridades setoriais e a formulação e implementação de planos de maior abrangência.

A primeira alternativa já teria sido suficientemente trabalhada nas diferentes etapas de evolução do modelo de industrialização por substituição de importações, vigente no Brasil entre o começo da década de 1930 e o final dos anos 1970, começando com o Projeto Nacionalista de Vargas, no primeiro quinquênio dos 1950, passando pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 e 1960, e encerrando com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), empreendido pelo governo Geisel, no período 1974-1978. Suas realizações podem ser sintetizadas na concretização da II revolução industrial no País, no começo do decênio de 1980, com o funcionamento pleno e articulado dos três departamentos de produção de um sistema capitalista.

Em sendo assim, pareceria prudente o desencadeamento de providências oficiais voltadas à remoção de barreiras a um clima propício à eficiência dos negócios, especialmente os entraves de natureza sistêmica, resumidos no Custo Brasil. Isso porque, é praticamente consensual a idéia de que a retomada auto-sustentada do crescimento econômico esbarra em carências infra-estruturais, como a deterioração da eficiência dos modais de transportes, a insuficiência de inversões em educação básica, o excesso de burocracia, a falta de competitividade cambial, os elevados custos financeiros e tributários incidentes sobre o investimento, a produção e o giro, e a insuficiência de aplicações em atividades ligadas ao paradigma da terceira revolução industrial.

Mas, a correção da maioria dessas anomalias, que deveria constituir alvo do PAC, ao menos na retórica, e/ou da orientação macroeconômica, passou à margem da PDP, e o que foi incluído permite uma interpretação de clara superposição de prioridades, atividades e funções, sob o manto protetor da retaguarda financeira configurada no BNDES.

A seleção dos eleitos da PDP recaiu sobre segmentos que, a rigor, por conta de escalas produtivas, tecnológicas e financeiras e de condições de mercado, teriam condições de continuar alçando vôos próprios, como as indústrias de petróleo e gás, aeronáutica, mineração, siderurgia, celulose e carnes.

Em outros termos, o nível de inserção externa desses ramos os habilita à captação direta de linhas de crédito mais baratas no mercado internacional, sem a necessidade de recorrer aos recursos subsidiados da agência de fomento pública, ou mesmo aos do fundo soberano, proposto pelas autoridades e coberto com numerários oriundos da elevação das metas de superávits primários (de 3,8% do PIB para 4,3%), com custo estimado em 11,75% a.a. e remunerado em cerca de 6,0% a.a., com equalização pelo Tesouro Nacional.

Convém frisar que apesar de o Fundo poder lastrear aplicações em aquisição de ações, debêntures e outros papéis de dívidas de entidades públicas brasileiras no exterior, sua concepção ostenta reduzida aderência com a experiência internacional, que contém casos de nações que transformam parcela dos expressivos superávits na conta de transações correntes (poupança externa) em ativos internacionais para emprego em conjunturas menos favoráveis e/ou preservação da competitividade externa, combatida por movimentos de apreciação da moeda nacional, decorrentes da especialização produtiva e exportadora no aquecido mercado de *commodities*. Tomem-se como exemplos o Chile (cobre) e a Noruega (petróleo).

É nítido o não-encaixe do Brasil nesse arcabouço, em virtude do *mix* entre dois processos contraditórios: o aprofundamento do grau de diversificação das vendas externas do País pós-abertura, em pauta e destino, e a rápida reversão dos superávits nas contas externas, atrelada à exponencial subida das importações e à perda de competitividade das exportações por causa do câmbio ruim e dos custos sistêmicos.

O comportamento positivo das empresas pode ser comprovado pelo fato de, entre 2007 e 2008, o Brasil ter conseguido subir seis degraus no ranking de competitividade de 55 nações, elaborado pelo International Institute for Management Development (IMD), conceituada escola de negócios sediada na Suíça, passando do 49.º para o 43.º lugar, graças aos avanços observados nos quesitos “eficiência empresarial” ou produtividade e práticas gerenciais (do 40.º para o 29.º posto) e performance econômica (do 47.º para o 41.º).

Na prática, enquanto a maioria dos ramos produtivos, com predominância de empresas de pequena e média dimensão, permanecerá incorrendo em custos financeiros estratosféricos e tendo que exibir garantias superiores aos valores requeridos, as grandes corporações terão à sua disposição cifras públicas subsidiadas.

No que diz respeito à equação macroeconômica, a intocabilidade da dobradinha câmbio baixo e juros altos, que estariam longe da convergência para a média internacional, permanece sendo o principal óbice à adesão do setor privado e ao deslanche de qualquer política industrial, por enfraquecer a competitividade das vendas externas, especialmente daquelas empresas mais dependentes da utilização de insumos nacionais, e dos programas direcionados à substituição de importações, e a capacidade de investimento do Estado, devido ao pronunciado comprometimento dos orçamentos públicos com os encargos da dívida mobiliária, o que exige a manutenção de enorme fardo tributário.

Não por acidente, a rentabilidade (lucro sobre o patrimônio) dos bancos brasileiros com ações em Bolsa atingiu, no primeiro trimestre de 2008, o maior patamar desde 1995, conforme pesquisa da Consultoria Econômica. A taxa alcançou 22,0% contra 15,3% nos primeiros três meses de 2003, começo do governo Lula, e 10,1% no mesmo período de 2002, último ano do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A propósito desse ponto, apurações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) atestam que a camada dos 10,0% mais ricos da população absorve 75,0% da renda, em razão das distorções tributárias, particularmente dos impostos indiretos, embutidos nos preços finais dos produtos. Os 10,0% mais pobres pagam 45,0% a mais de impostos do que os 10,0% mais ricos.

O fardo tributário dos mais pobres representa 32,8% dos rendimentos totais (3,7% em impostos diretos e 29,1% em indiretos), enquanto para a população rica o peso é bem menor, 22,7% da renda, sendo 12,0% de contribuições diretas e 10,7% de indiretas. Apenas em ICMS, pobres e ricos pagam 16,0% e 5,7% da renda, respectivamente.

Outra distorção relevante repousa no Imposto de Renda. O Brasil possui duas faixas para pessoas físicas (15,0% e 27,5%, contra treze na década de 1980, quando havia alíquotas de até 60,0%). Já a França tem doze intervalos (teto de 60,0%), a Áustria cinco (de 2,0% a 50,0%), os Estados Unidos cinco (de 15,0% a 39,6%) e a Argentina sete (entre 9,0% e 35,0%).

Apesar da obtenção da qualificação de grau de investimento, conferido por duas agências internacionais de *rating*, o retorno da vulnerabilidade externa representa um risco iminente para o Brasil. Tanto é assim que, conforme o índice de fragilidade macroeconômica ocasionado por choques de inflação, calculado pela Fitch, coloca o País em 40.º lugar, em uma lista de 73 países, estando em pior posição que Chile (47.º), China (52.º), Peru (65.º), Colômbia (66.º), Uruguai (71.º) e México (77.º).

O regresso da debilidade externa pode ser atestado pelo registro de déficit em transações correntes superior a US\$ 15,0 bilhões em doze meses encerrados em maio de 2008, resultado do fenômeno que conjuga a perda de embalo das exportações e a multiplicação das importações, associado diretamente à excessiva sobrevalorização da taxa de câmbio.

Chamou a atenção, na divulgação da Política de Desenvolvimento Produtivo, a aparente falta de preocupação com a necessidade de atenuação das disparidades regionais

Por fim, chamou a atenção, na divulgação da PDP, a aparente falta de preocupação com a necessidade de atenuação das disparidades regionais de geração de renda e de oportunidades, o que revela, de um lado, a reduzida influência das instâncias subnacionais na preparação e execução das políticas econômicas e, de outro, a rendição à lógica concentradora do capital, notadamente do capital privado, capaz de, em condições de expansão econômica sustentada, gerar recursos fiscais para a utilização em programas regionais compensatórios e/ou estratégicos. Na falta disso, os Estados vêm retomando a guerra fiscal ao promoverem incentivos a segmentos específicos.

CARACTERÍSTICAS DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL DO PARANÁ

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Divulgada no dia 25 de junho pelo IBGE, a Pesquisa Industrial Anual 2006 apresenta dados importantes que confirmam a continuidade de alguns movimentos estruturais do setor manufatureiro nacional. Entre eles, merece destaque a desconcentração, com avanço da importância relativa de determinadas unidades da federação na renda gerada pela indústria brasileira, em detrimento principalmente de São Paulo.

Em 2006, a maior economia do País foi responsável por 39,29% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Brasil, *proxy* do produto das indústrias extrativa e de transformação, muito abaixo, por exemplo, da participação de 49,39% anotada em 1996 (tabela 1). Em trajetória inversa, a participação do grupo formado pelos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo cresceu de 26,89% para 35,57%, acompanhando outras economias industriais, como as do Amazonas, Pará, Goiás, Mato Grosso e Sergipe, cujos pesos relativos subiram de forma significativa no período 1996-2006.

No caso específico do Paraná, houve salto de 5,23% para 6,57% em termos de participação, o que possibilitou a conquista da quarta colocação entre as unidades da federação, suplantando o Rio Grande do Sul. O destacado desempenho paranaense pode ser imputado ao dinamismo de atividades marcadas pela presença estatal e ao fortalecimento de segmentos que apresentam níveis mais elevados de intensidade tecnológica, com importante contribuição também de ramos manufatureiros tradicionais, que ainda se destacam na estrutura industrial do Estado.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DO VTI, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL - 1996/2006

UF	PARTICIPAÇÃO (%)			UF	PARTICIPAÇÃO (%)		
	1996	2001	2006		1996	2001	2006
São Paulo	49,39	43,99	39,29	Maranhão	0,32	0,35	0,54
Rio de Janeiro	8,65	9,28	10,88	Mato Grosso do Sul	0,37	0,39	0,54
Minas Gerais	9,03	9,57	10,43	Sergipe	0,23	0,45	0,49
Paraná	5,23	5,93	6,57	Rio Grande do Norte	0,45	0,54	0,48
Rio Grande do Sul	7,65	8,43	6,53	Alagoas	0,67	0,50	0,42
Bahia	2,66	3,88	5,20	Paraíba	0,36	0,42	0,37
Santa Catarina	4,48	4,86	4,50	Distrito Federal	0,22	0,27	0,25
Amazonas	3,34	3,37	4,08	Rondônia	0,07	0,14	0,16
Espírito Santo	1,31	1,74	2,50	Piauí	0,12	0,15	0,15
Goiás	1,12	1,30	1,77	Tocantins	0,02	0,06	0,05
Pará	1,01	1,36	1,69	Amapá	0,06	0,02	0,04
Pernambuco	1,59	1,24	1,13	Acre	0,01	0,01	0,02
Ceará	1,14	1,11	1,11	Roraima	0,00	0,00	0,01
Mato Grosso	0,49	0,65	0,81	BRASIL	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Tanto é assim que a indústria de alimentos respondeu por 21,66% do VTI local no exercício de 2006, seguida dos segmentos de refino de petróleo e veículos automotores, que registraram participações de, respectivamente, 20,45% e 11,64% (tabela 2). Considerando o conjunto desses três ramos, atinge-se uma importância relativa de 53,75% na renda industrial estadual, muito acima das participações de 38,11% e 45,75% anotadas por essas mesmas atividades em 1996 e 2001, indicando vínculo ainda mais forte entre a performance do setor secundário e os resultados dos complexos alimentício, petroquímico e automotivo.

Em uma avaliação sucinta dos segmentos líderes, verifica-se que a indústria de alimentos vem apresentando crescimento razoável no que se refere à produção física, em contraposição ao declínio de sua representatividade no VTI paranaense, o que pode ser explicado por uma evolução dos preços inferior à dos demais ramos. Segundo dados da

* Administrador, coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, o *quantum* da indústria de alimentos do Paraná avançou a uma taxa média anual de 2,36% no período de 1996 a 2006, enquanto a variação registrada em nível nacional atingiu 1,61%.

TABELA 2 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - 1996/2006

ATIVIDADE ECONÔMICA	1996		2001		2006	
	VTI (R\$)	Part. (%)	VTI (R\$)	Part. (%)	VTI (R\$)	Part. (%)
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2 455 032	29,22	4 352 273	25,27	7 896 831	21,66
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool	466 697	5,55	2 166 893	12,58	7 453 792	20,45
Fabricação e montagem de veículos automotores	280 047	3,33	1 359 477	7,89	4 244 968	11,64
Fabricação de máquinas e equipamentos	680 383	8,10	1 181 856	6,86	2 217 032	6,08
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	465 089	5,54	1 149 338	6,67	2 131 161	5,85
Fabricação de produtos de madeira	440 963	5,25	909 096	5,28	1 913 260	5,25
Fabricação de produtos químicos	565 974	6,74	1 315 472	7,64	1 850 872	5,08
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	317 358	3,78	1 000 094	5,81	1 194 790	3,28
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equip.	241 563	2,87	526 660	3,06	1 071 751	2,94
Fabricação de artigos de borracha e plástico	226 912	2,70	521 919	3,03	929 154	2,55
Outras atividades econômicas	2 262 296	26,92	2 736 852	15,89	5 550 738	15,23
TOTAL	8 402 314	100,00	17 219 930	100,00	36 454 349	100,00

FONTES: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

NOTA: VTI a preços correntes.

Além disso, confirmando também o bom desempenho setorial, observa-se aumento da participação do Estado no VTI do segmento alimentício brasileiro, passando de 8,76% em 1996, para 8,97% em 2006, não obstante o crescimento expressivo das unidades da federação com elevado potencial agroindustrial, como Goiás e Mato Grosso. De forma mais precisa, a indústria paranaense de alimentos vem mantendo a sua representatividade mesmo diante das mudanças na distribuição espacial da produção, com a ampliação dos pesos relativos dos estados que apresentam grande margem para a expansão da oferta de bens primários e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de atividades voltadas à fabricação de produtos alimentares.

Já a pujança da indústria petroquímica estadual, diferentemente do ramo de alimentos, vem sendo sustentada principalmente pelos preços, ou seja, os reajustes dos combustíveis foram os principais responsáveis pelas participações crescentes no VTI total do Paraná, relegando a segundo plano a evolução da produção física. Prova disso é que o Índice de Preços por Atacado (IPA) referente aos combustíveis subiu 505,39% no período 1996-2006, muito distante da variação do IPA geral (203,67%).

Finalizando as considerações sobre as indústrias predominantes, a expansão do segmento de veículos automotores reflete os investimentos realizados por empresas transnacionais a partir de meados dos anos 1990, visando não somente ao atendimento da demanda interna, como também às exportações. Em 1996, a indústria automotiva estadual, então concentrada na fabricação de caminhões e ônibus, respondia por exíguos 2,21% do VTI nacional do setor, participação que subiu para 9,60% em 2006, garantindo o posto de terceiro maior pólo produtivo do País, com o desenvolvimento da produção de veículos de passeio.

Enfim, o crescimento industrial do Paraná está fortemente atrelado à tríade alimentos-petroquímicos-veículos automotores, condicionando a performance futura do setor secundário à dinâmica desses três ramos, o que não reduz a importância de segmentos menos relevantes em termos de valor adicionado, em geral caracterizados pela alta intensidade de mão-de-obra.

O RETORNO DA INFLAÇÃO NO MUNDO

Gilmar Mendes Lourenço*

Em meio a uma instabilidade no mercado de crédito dos Estados Unidos (EUA), ocasionada pelas descuidadas manobras realizadas por instituições financeiras internacionais com as hipotecas norte-americanas de elevado risco, contratadas em fases de crédito abundante e barato, o sistema capitalista, globalizado pelos avanços da internet e da microeletrônica, vem experimentando o delineamento do retorno de uma espiral inflacionária resistente aos remédios tradicionais.

Conforme inferências do Fundo Monetário Internacional (FMI), a inflação, que saltou de 3,5% em 2006 para 4,8% em 2007, deve chegar a 5,5% em 2008. Em doze meses os índices de preços acusam incremento de 4,2% nos Estados Unidos (EUA), 3,7% na Zona do Euro, o maior em 16 anos, 15,1% na Rússia, 7,7% na China e 7,8% na Índia.

O extraordinário crescimento da economia internacional, constatado desde o final de 2002, puxado pelos emergentes (mais de 2/3), associado à maior frequência de frustrações de safras, decorrentes primordialmente do aquecimento global, ao praticamente empate técnico entre oferta e demanda de *commodities* e à conseqüente proliferação de movimentos especulativos nestes mercados, representou campo fértil para o recrudescimento inflacionário, originário dos produtos agrícolas, metais e petróleo e com capacidade de propagação para os demais preços básicos: salários, juros, aluguéis, tarifas e câmbio.

Nesse sentido, a operação de socorro ao colapso dos *subprime*, promovida para evitar a falência de instituições financeiras de grande porte, ladeada pela drástica redução dos juros e pela injeção de liquidez pela via fiscal, emitiu sinais negativos para o curso da macroeconomia em médio prazo, se não forem adotadas providências clássicas de aperto monetário e fiscal.

No caso da maioria das nações da América Latina, os riscos de descontrole inflacionário repousam nos efeitos da combinação entre saldos positivos nas transações correntes, acoplados à valorização das *commodities*, com estratégias fiscais frouxas, sobretudo quanto à ampliação do gasto público.

A par disso, há sinalização negativa emitida por intermédio da implementação de instrumentos de controle de preços, como o tabelamento, e de outras incursões intervencionistas na operação dos mercados, como estatizações, afastando os investimentos diretos estrangeiros. As providências mais contundentes foram o congelamento de preços no México, da carne no Uruguai, e a taxação, limitação e/ou proibição de exportações na Argentina e Venezuela.

A inflação ao consumidor em doze meses situa-se na faixa de 5,5% no Brasil e no Peru até 32,0% na Venezuela. Já a elevação dos preços dos alimentos oscila entre 6,0% na Zona do Euro até 12,6% no Brasil, 15,3% na África do Sul e 18,2% no Chile. Somente Brasil, Canadá e Tailândia, dentre as 18 nações que operam com regime de metas de inflação, têm logrado êxito em manter a variação dos níveis de preços abaixo do teto de tolerância.

Apesar dos elevados juros internos, as pressões de demanda, derivadas da exponencial ampliação dos dispêndios públicos correntes, constituem perigoso fator de irradiação da inflação proveniente do choque de custos externos

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano – FAE Business School.

Apesar de o funcionamento com juros internos quatro vezes acima da média internacional conferir margens de manobra para o exercício do gradualismo monetário, as pressões de demanda, derivadas da exponencial ampliação dos dispêndios públicos correntes em detrimento dos investimentos em infra-estrutura, constituem perigoso fator de irradiação da inflação proveniente do choque de custos externo, comprometendo a eficácia do regime de metas.

Isso pode ser atestado pelo comportamento de duas variáveis: custos e demanda. Assim, as despesas de produção de um grupo de 223 companhias abertas atuantes no Brasil aumentaram 30,6% no primeiro trimestre de 2008, contra expansão de 21,8% das receitas. No que se refere à demanda, observou-se diminuição do ritmo de crescimento das vendas de combustíveis e dos itens de supermercados, no primeiro quadrimestre de 2008, registrando variação de 6,0% e 6,4%, respectivamente, contra 11,0% para o comércio varejista em geral.

Contudo, a compensação dos déficits em transações correntes pela entrada de capitais motivada pelos juros elevados e pela compressão das restrições da oferta internacional, por conta da obtenção do grau de investimento pelo Brasil, o corte de dispêndios públicos não-essenciais, e o encarecimento do crédito interno e a ampliação da seletividade dos bancos na concessão encurtam o poder de infiltração inflacionária mais expressiva fora das cadeias comandadas pelas *commodities*. Mesmo porque, a única saída para a apreciação do dólar, sem a necessidade de recorrer ao aumento de juros, passa pela desaceleração do crescimento econômico dos emergentes.

Tal cenário oportuniza inclusive desonerações tributárias pontuais para segmentos afetados pela sobrevalorização do câmbio.

A CONJUNTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Em continuidade ao dinamismo apresentado em 2007, as exportações do Paraná vêm exibindo resultados expressivos no presente exercício. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as vendas externas estaduais totalizaram US\$ 6,2 bilhões nos cinco primeiros meses de 2008, valor que correspondeu a um incremento de 35,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando as receitas somaram US\$ 4,5 bilhões.

Esse bom desempenho pode ser atribuído, em grande medida, ao complexo soja, cujas vendas ao exterior alcançaram US\$ 1,9 bilhão no acumulado de janeiro a maio de 2008, superando em 101,7% o resultado referente a igual intervalo de 2007, o que elevou a participação do segmento no total das exportações (tabela 1). Como se sabe, o pronunciado crescimento das divisas cambiais geradas pela comercialização da soja e derivados está relacionado ao favorável cenário dos preços internacionais, que levou inclusive à antecipação dos embarques dos referidos produtos, havendo ainda, na mudança do ritmo dos fluxos das exportações, a influência das expectativas de prosseguimento da apreciação do câmbio.

De acordo com estatísticas da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a cotação média da soja em grão atingiu US\$ 479,38/tonelada no período janeiro-maio de 2008 (preço FOB no Porto de Paranaguá), ante um valor médio de US\$ 279,68/tonelada relativo aos cinco primeiros meses do ano passado. Adicionalmente à ascensão dos preços, as quantidades da *commodity* exportadas pelo Paraná saltaram de 1,5 milhão para 2,2 milhões de toneladas, refletindo, entre outros fatores, a ampliação da produção interna.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A MAIO 2007-2008

GRUPO	JANEIRO A MAIO DE 2007		JANEIRO A MAIO DE 2008		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Complexo soja	939 215 391	20,7	1 894 733 028	30,8	101,7
Material de transporte e componentes	958 411 060	21,1	1 041 975 427	16,9	8,7
Complexo carnes	506 333 043	11,1	749 670 471	12,2	48,1
Madeiras e manufaturas de madeira	407 737 753	9,0	419 383 222	6,8	2,9
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	250 873 494	5,5	316 987 844	5,1	26,4
Cereais	235 114 725	5,2	247 369 267	4,0	5,2
Papel e celulose	142 901 080	3,1	202 179 729	3,3	41,5
Derivados de petróleo	106 056 739	2,3	164 926 623	2,7	55,5
Produtos químicos	135 513 455	3,0	161 655 895	2,6	19,3
Açúcar	96 526 537	2,1	126 785 474	2,1	31,3
Outros grupos de produtos	762 990 226	16,8	834 059 357	13,5	9,3
TOTAL	4 541 673 503	100,0	6 159 726 337	100,0	35,6

FONTA: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

A despeito das variações menos relevantes que a do complexo soja, as exportações dos segmentos de produtos petroquímicos, carnes, papel e celulose e açúcar também vêm crescendo de forma significativa, anotando taxas positivas de, respectivamente, 55,5%, 48,1%, 41,5% e 31,3%. Nos dois últimos casos, os consideráveis resultados derivam dos investimentos realizados recentemente, objetivando ampliações das capacidades produtivas das unidades instaladas no Paraná.

Já a evolução das vendas externas de derivados de petróleo decorre principalmente do aumento do consumo de combustíveis utilizados nos transportes internacionais de mercadorias, dada a intensificação do comércio exterior, enquanto o crescimento do complexo carnes reflete sobremaneira a pujança do ramo de aves, com forte incremento nas exportações destinadas aos países asiáticos e à Venezuela.

* Administrador, coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

Passando às importações, constata-se elevação da ordem de 73,2% no acumulado janeiro-maio de 2008 (tabela 2), o que pode ser imputado, em razoável medida, ao movimento de valorização da moeda nacional. Entre os segmentos que apresentaram as maiores altas, sobressai o petroquímico, com salto de US\$ 490,7 milhões para US\$ 1,2 bilhão, redundando em um aumento relativo de 149,0% das compras externas.

No primeiro quadrimestre deste ano, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), localizada no município de Araucária, processou 9,0 milhões de barris do produto mineral importado, o que correspondeu a uma expansão de 38,0% em relação a idêntico intervalo de 2007. Em paralelo ao aumento do volume de importação, houve forte elevação dos preços do petróleo, em razão do descompasso entre a oferta e a demanda mundiais.

Ademais, verifica-se significativa contribuição dos segmentos químico e automotivo no crescimento das aquisições externas do Paraná. Enquanto as importações de produtos químicos vêm sendo puxadas pelo consumo do setor agropecuário, a ampliação das compras de automóveis reflete o aquecimento do mercado brasileiro, com a expansão do crédito e dos salários reais.

TABELA 2 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A MAIO 2007-2008

GRUPO	JANEIRO A MAIO DE 2007		JANEIRO A MAIO DE 2008		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Derivados de petróleo	490 673 724	16,3	1 221 534 408	23,4	149,0
Produtos químicos	628 700 199	20,9	1 193 967 728	22,9	89,9
Material de transporte e componentes	604 187 889	20,1	919 367 881	17,6	52,2
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	445 457 815	14,8	593 680 358	11,4	33,3
Materiais elétricos e eletrônicos	242 697 865	8,1	356 989 240	6,8	47,1
Produtos metalúrgicos	113 180 261	3,8	172 106 196	3,3	52,1
Cereais	57 773 311	1,9	127 214 774	2,4	120,2
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	68 263 188	2,3	77 593 911	1,5	13,7
Papel e celulose	42 001 520	1,4	66 143 307	1,3	57,5
Produtos têxteis	41 265 042	1,4	37 342 644	0,7	-9,5
Outros grupos de produtos	278 376 183	9,2	452 620 541	8,7	62,6
TOTAL	3 012 576 997	100,0	5 218 560 988	100,0	73,2

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

A ABERTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Em levantamento realizado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) acerca do grau de abertura comercial de uma amostra de 125 países, o Brasil figura em 92.º lugar, ficando atrás da Venezuela (86.º), Rússia (72.º), Chile (65.º) e China (57.º). Pelos critérios de avaliação utilizados pelo Banco, as nações mais abertas do mundo são Hong Kong, Cingapura, Suíça e Turquia. Na última década, enquanto as alíquotas do imposto de importação declinaram de 14,1% para 9,4%, os fluxos de comércio internacional cresceram mais de 7,0% ao ano.

Conforme aquela entidade multilateral de crédito, as barreiras ainda aplicadas às importações caracterizam o País como protecionista, apesar de ter promovido substancial processo de liberalização e desregulamentação dos mercados, durante o princípio da década de 1990, otimizado por períodos de valorização cambial verificados entre 1994 e 1998 e entre 2004 e 2008, e acentuado a abertura dos segmentos de telecomunicações, intermediação financeira, aeroportos e portos.

Não bastasse a tarifa média de importação brasileira situar-se em patamares superiores aos dos países da América Latina (8,7% *versus* 8,2%), há o emprego expressivo de barreiras não-tarifárias, que atingem 46,1% das linhas tarifárias contra 35,7% na América Latina. A maior tarifa é de 35,0%, e a média das efetivamente praticadas é de 12,2%.

Contudo, em outra dimensão, a adoção de restrições fora do bloco de tarifas, visando à preservação da renda e do emprego em determinados ramos de atividade, é mais intensa nos países avançados, sobretudo Estados Unidos e União Européia, quando sobretaxam as importações de produtos agrícolas e agroindustriais (com alíquotas superiores a 50,0%) e/ou quando promovem transferências diretas de recursos dos tesouros na forma de subvenções aos produtores rurais.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL

A expansão do crédito à pessoa física, o crescimento do emprego formal, a redução da carga tributária incidente sobre insumos da construção civil e a redução da taxa Selic entre agosto de 2005 (19,75% ao ano) e setembro de 2007 (11,25% ao ano) impulsionaram a aquisição de imóveis. De acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), nos doze meses concluídos em maio último os novos contratos somados alcançaram R\$ 22,49 bilhões, crescimento de 93,3% em relação aos doze meses anteriores.

Embora as construtoras tenham que enfrentar aumento do preço de materiais e escassez de mão-de-obra qualificada, o custo médio do metro quadrado construído sofreu incremento de apenas 7,5% nos doze meses terminados em maio, de acordo com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A mesma pesquisa indica que, nos cinco primeiros meses de 2008, o custo médio sofreu variação de 4%. A expectativa de que a cotação internacional do aço dobre no próximo ano e o eventual crescimento da demanda por insumos promovido pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) inculcam limitações para a expansão da indústria de construção civil residencial.

O setor, entretanto, tem-se mostrado resistente às recentes elevações na taxa de juros. As famílias têm firmado empréstimos de longuíssimo prazo – até trinta anos – financiados com recursos da poupança e do FGTS, e ainda contam com a opção de ingressar em consórcios imobiliários. A Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC) estima que, no primeiro quadrimestre de 2008, o número de participantes tenha sido 15,4%

* Economistas, técnicos da equipe permanente desta publicação.

**Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias do IPARDES.

maior do que no mesmo período de 2007. Nessa modalidade de financiamento, sobre as parcelas incidem taxa de administração, de aproximadamente 2% ao ano, e reajuste que repassa a variação no Índice Nacional de Construção Civil, do IBGE. Elevações consecutivas da taxa básica de juros provocariam migração de parte das pessoas físicas para o consórcio imobiliário, modalidade de crédito que imobiliza menor parcela do orçamento familiar.

De acordo com informações de crédito bancário divulgadas pelo Banco Central, a inadimplência cresceu em todos os ramos do crédito à pessoa física, nos primeiros cinco meses do ano. A inadimplência na carteira de empréstimos bancários destinados a imóveis residenciais variou, desde dezembro de 2007, de 1,6% para 2% dos contratos, considerados atrasos superiores a noventa dias. No mesmo período, a inadimplência no crédito para aquisição de veículos variou de 3,0% para 3,7%; no financiamento de compra de bens duráveis, excetuados veículos, saltou de 12,4% para 13,2%; no cheque especial, de 8,3% para 8,9%.

As construtoras voltadas ao mercado residencial têm se beneficiado do bom momento, captando recursos através da oferta pública de ações e emissão de debêntures. A afluência na abertura de capital por essas empresas sugere, à primeira vista, movimento alimentado por euforia e, conseqüentemente, fugaz. Contudo, os balanços hígidos e a baixa inadimplência sugerem que não se trata de fenômeno evanescente. Pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) prevê que o crédito para pessoas físicas crescerá 26,7% em 2008, mesmo com o crescimento da inadimplência. O perfil do endividamento imobiliário sugere que o crédito bancário se desloque de segmentos mais arriscados para a construção civil residencial.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ MANTÉM RITMO DE CRESCIMENTO

No mês de abril, o índice da produção industrial ajustado sazonalmente avançou 0,2% no Brasil, em comparação a março. Seis dos quatorze locais pesquisados apresentaram taxas positivas, com destaque para Goiás (3,6%) e Bahia (1,6%). Entre os estados que reduziram a produção, Ceará (-7,7%) e Pernambuco (-8,4%) tiveram as quedas mais pronunciadas. Nesse critério, a produção industrial paranaense registrou recuo de 1,0%.

Na comparação com abril de 2007, o crescimento do País foi de 10,1%, ficando o Paraná com taxa de 9,7% (resultado sem ajuste sazonal). No Estado, os melhores desempenhos foram registrados pelos segmentos de veículos automotores (53,8%), máquinas e equipamentos (26,3%), e papel e celulose (13,7%). Por outro lado, foram verificados resultados negativos pelos ramos de alimentos (-8,2%), mobiliário (-12,5%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-14,5%).

Já no acumulado do primeiro quadrimestre de 2008, a indústria do Paraná apresentou incremento produtivo da ordem de 10,1%, superando a média nacional (7,3%). Não obstante os determinantes específicos dos desempenhos setoriais, pode-se afirmar que o crescimento do conjunto das atividades manufatureiras em nível estadual reflete as favoráveis condições macroeconômicas, com destaque para a ampliação do crédito e a expansão do emprego.

INDÚSTRIA DO ESTADO CONTRATOU E PAGOU MAIS

De março para abril de 2008, de acordo com o IBGE, a indústria brasileira apresentou queda de 0,2% na quantidade de pessoal ocupado, e de 1,3% na folha de pagamento real. A redução da mão-de-obra sugere evolução do processo de modernização de alguns segmentos, e setores intensivos em contratações, como calçados e vestuário, prosseguem reduzindo, com quedas de 11,4% e 4,5%, respectivamente. Já a produção de bens de capital e a de bens de consumo duráveis são as que apresentam maiores contribuições positivas.

A indústria paranaense segue contratando mão-de-obra. Em abril, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o aumento foi de 2,1%. O destaque ficou com a indústria de máquinas e equipamentos, que aumentou em 24,2% o número de trabalhadores. Outros setores que sobressaíram foram a indústria de alimentos e bebidas, com aumento de 3,3%, e a de meios de transporte (montadoras de veículos), com crescimento de 8,6%. O crescimento da indústria de máquinas e equipamentos reflete o bom momento da agroindústria, com a

fabricação de maquinário agrícola. Os resultados negativos vieram das indústrias do vestuário, com queda de 8,5% no saldo de empregos, da madeira (-3,2%), e de borracha e plástico (-5%).

Já na folha de pagamento real, a indústria paranaense cresceu 7,7% em abril, na comparação com abril do ano passado. A indústria de máquinas e equipamentos foi responsável pelo principal impacto positivo (38,9%). Em seguida, destacam-se as indústrias de alimentos e bebidas (6,1%) e papel e gráfica (9,6%). Por outro lado, registraram queda as indústrias de madeira (-10,8%), têxtil (-25,9%) e de minerais não-metálicos (-2,5%).

CRESCIMENTO DO COMÉRCIO PARANAENSE

De acordo com o IBGE, o crescimento do comércio varejista paranaense (5,4%) ficou abaixo da média brasileira (8,7%), na comparação de abril de 2008 com o mesmo mês do ano anterior.

As vendas do comércio em abril sofreram o efeito do aumento do preço dos alimentos, e o segmento de hiper e supermercados tem um grande peso na pesquisa. No Paraná, o desempenho desse setor foi positivo, com um aumento de 2,4% em volume na comparação com o mesmo mês de 2007.

Outros setores com aumento nas vendas foram o de tecidos, vestuário e calçados, com crescimento de 15,8%; móveis e eletrodomésticos, com alta de 14,1%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, com avanço de 10,5%; livros, jornais, revistas e papelaria (1,2%); equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (48,6%), e outros artigos de uso pessoal e doméstico (3,2%).

O único setor a registrar queda no Estado foi o de combustíveis e lubrificantes (-3,1%). Acredita-se que a grande oscilação de preços de combustíveis em Curitiba tenha influenciado no volume de vendas.

AGROINDÚSTRIA

Grupo InVivo compra 50% da Vitagri

A maior central de cooperativas da França entrou no mercado brasileiro de nutrição animal, ao adquirir 50% da empresa paranaense de ração Vitagri. O valor do negócio não foi revelado.

Com pouco mais de sete anos de existência e cerca de cem funcionários, a Vitagri possui duas plantas em Apucarana, no norte do Paraná, e está entre as dez maiores companhias da área no País. Sua produção é de aproximadamente 1,5 milhão de toneladas de ração por ano – principalmente para aves, suínos e vacas leiteiras.

O faturamento do conglomerado InVivo é de cerca de 5 bilhões de euros, e o da empresa paranaense foi de R\$ 36 milhões em 2007. Devido a essa união, é esperado que a Vitagri dobre de tamanho nos próximos cinco anos.

LOPES, Fernando. Grupo francês adquire 50% de empresa brasileira de ração. **Valor Econômico**, São Paulo, 2 maio 2008. Empresas, p. B13.

Diversificação nas cooperativas paranaenses

A Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol), que tem o frango como sua principal fonte de receita, entrará em um novo ramo com a inauguração de um frigorífico para peixes na cidade de Nova Aurora, oeste do Paraná. A unidade terá capacidade inicial de processamento de dez toneladas de tilápias por dia, e contará com 190 hectares de lâminas d'água para sua engorda. Há a intenção de quadruplicar a produção até 2012 e de exportar para a Europa e para os Estados Unidos. Aproximadamente metade dos R\$ 12 milhões investidos no complexo é oriunda de empréstimo do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Na mesma região do Estado, a Cooperativa de Produtores de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná (Coovicapar) instalará um frigorífico no distrito de Vila Nova, no município de Toledo, empreendimento estimado em R\$ 3 milhões.

LIMA, Marli. Cooperativas paranaenses investem em peixe e ovinos. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 maio 2008. Empresas e Tecnologia, p. B12.

FRIGORÍFICO de peixes. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 3 jun. 2008. Economia, p.16.

Unifrango em Apucarana

A Unifrango Agroindustrial instalará um complexo agrícola na cidade de Apucarana, no norte do Paraná. O projeto terá investimento total de R\$ 200 milhões e prevê a criação de um abatedouro de aves, uma fábrica de ração e um terminal refrigerado. Será implantada no terminal uma câmara fria, que terá capacidade para estocar até 10 mil toneladas de frango.

A produção de frango da empresa totaliza 80 mil toneladas por mês, das quais 25 mil são destinadas ao mercado externo.

UNIFRANGO inicia obras de R\$ 200 milhões em Apucarana. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 jun. 2008. Caminhos do Campo, p. 2.

Agrária ampliará produção de malte

A Cooperativa Agrária Mista Entre Rios, de Guarapuava (Centro-Sul Paranaense), pretende investir R\$ 153 milhões na sua ampliação. O valor de R\$ 133 milhões será destinado à ampliação

* Elaborado com informações disponíveis entre 01/05/2008 até 30/06/2008.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

*** Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias do IPARDES.

da capacidade de produção e armazenagem de sua principal indústria, a Agromalte. Os outros 20 milhões deverão ser investidos na construção de duas caldeiras.

A intenção da Agrária é aumentar a capacidade de produção de 140 mil toneladas de malte para 220 mil toneladas anuais, além de ampliar a estrutura de armazenagem em 60 mil toneladas. As obras devem ser concluídas em abril de 2009.

A Agrária responde por cerca de 20% do malte usado pelas cervejarias brasileiras. A Cooperativa, que também possui moinho de trigo, esmagadora de soja e fábrica de ração, obteve faturamento de R\$ 1 bilhão em 2007.

LIMA, Marli. Cooperativa do Paraná amplia oferta de malte. **Valor Econômico**, São Paulo, 4 jun. 2008. Agronegócios, p. B11.

Complexo da Insol em Maringá

A Insol Intertrading inaugurou um complexo de armazenagem e esmagamento de grãos em Maringá, na região norte central do Estado. O empreendimento conta com uma planta capaz de esmagar, anualmente, 150 mil toneladas de soja. Os novos silos e armazéns são capazes de armazenar cerca de 185 mil toneladas de produtos, *in natura* e processados.

Aproximadamente 15 milhões de dólares foram investidos no complexo. A Insol planeja dobrar a capacidade de esmagamento nos próximos anos, uma expansão estimada em 10 milhões de dólares. A unidade de Maringá processará apenas soja não-transgênica.

NOVA esmagadora no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 jun. 2008. Caminhos do Campo, p. 2.

INDÚSTRIA

Bematech adquire empresa de *software*

A Bematech anunciou a compra de ativos da Bios Blak Informática & Organização de Sistemas, empresa que desenvolve *software* para restaurantes, lanchonetes, bares e assemelhados, com mais de quatro mil licenças vendidas.

O valor da aquisição será calculado com base em um modelo de desempenho futuro, calculado sobre o período compreendido entre julho de 2008 a junho de 2010.

BEMATECH compra. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 maio 2008. p. B4.

BEMATECH faz nova compra. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 maio 2008. Economia, p. 19.

Masisa vende fábrica em Ponta Grossa

A indústria de capital chilena Masisa, maior fabricante de painéis de madeira da América Latina, transferiu 75% da propriedade de sua fábrica em Ponta Grossa, na região centro-oriental paranaense, para a Louisiana-Pacific.

A nova controladora, sediada nos Estados Unidos, pagou 55,5 milhões de dólares pela participação na planta industrial, especializada na produção de painéis OSB (*oriented strand board*), construídos com pinus.

MASISA fecha venda. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 maio 2008. p. B1.

CHILENA Masisa vende fábrica no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, 14 maio 2008. Negócios, p. B14.

Fabricante de resinas investe em novo mercado

A Água Química tornou-se a primeira distribuidora de solventes do Paraná após a certificação concedida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A empresa, localizada em Ponta Grossa, é uma das maiores fabricantes de resinas para tintas, adesivos e lixas do País.

A Água também é consumidora dos solventes – usa cerca de 1 milhão de litros por mês na fabricação das resinas – e, com a autorização para comprar o produto diretamente das centrais petroquímicas, e não mais de distribuidores, reduzirá seus custos de produção,

mantendo-se assim competitiva para enfrentar a forte tendência de entrada de resinas importadas no mercado nacional.

Em junho será inaugurada a nova unidade de produção de resinas da empresa, que fará a capacidade produtiva saltar de 1,5 mil para 3,2 mil toneladas por mês. O investimento foi de cerca de R\$ 7 milhões na nova fábrica e na central de solventes, que poderá distribuir até 1 milhão de litros por mês. Os primeiros resultados desses investimentos vão aparecer já neste ano: o faturamento deverá subir 21%, atingindo R\$ 85 milhões.

JASPER, Fernando. Águia entra em novo mercado para garantir sobrevivência. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 maio 2008. Economia, p.18.

Atlas Schindler investe em Londrina

A Atlas Schindler investiu R\$ 10 milhões no desenvolvimento de nova linha de elevadores, para uso comercial e residencial. A produção, realizada em Londrina, irá abastecer todo o mercado latino-americano.

Em 2007, a empresa faturou R\$ 895 milhões no Brasil com a venda e manutenção de elevadores. As exportações responderam por 7% da receita.

NAKAMURA, Patrícia. Atlas Schindler produz nova linha no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 maio 2008. Empresas, p. B8.

Positivo Informática fornece à Petrobras

A Positivo Informática assinou um contrato para o fornecimento de 29.758 computadores para a Petrobras. O cronograma de entrega ainda será estipulado, com fornecimento ao longo de 12 meses. Conforme o edital, a Petrobras compromete-se a comprar pelo menos 90% das máquinas licitadas.

POSITIVO fecha acordo com a Petrobras. **O Estado de S. Paulo**, 31 maio 2008. Economia, p. B22.

O Boticário investe em novo laboratório

O Boticário, indústria de cosméticos, investiu R\$ 4 milhões para colocar em operação um laboratório de biologia molecular dentro da Universidade Positivo.

Além de estudos de interesse de O Boticário, outras companhias podem apresentar projetos para serem desenvolvidos no local, que também será aberto a pesquisas do meio acadêmico, inclusive de outras instituições de ensino.

Com 23 patentes registradas nos últimos cinco anos, a empresa destina anualmente entre 2,5% e 3% de seu faturamento para pesquisa e inovação, volume que deve chegar, este ano, a R\$ 25 milhões. Esse investimento cresceu a partir de 2002, com estudos nas áreas de nanotecnologia e de proteção do DNA.

LIMA, Marli. Boticário investe R\$ 4 milhões em laboratório no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 4 jun. 2008. Empresas, p. B4.

RIOS, Cristina. O Boticário investe R\$ 4 milhões em novo laboratório. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 jun. 2008. Economia, p.23.

Editora Positivo estuda crescimento

A editora paranaense Positivo, com receita anual pouco inferior a R\$ 100 milhões, planeja estar, nos próximos seis anos, entre as três maiores do setor. A aquisição de concorrentes é estudada.

O programa governamental do ensino médio de 2012 é um dos negócios que a editora tem em vista, uma vez que o Ministério da Educação comprará, de uma só vez, livros de sete disciplinas. A Positivo entrou no mercado em 2004, e não participou de todas as licitações anteriores, que são feitas a cada três anos.

No segmento de livros para o ensino fundamental, a editora conseguiu a sexta posição no último programa do MEC, vendendo 5,1 milhões de exemplares e arrecadando R\$ 27,6 milhões. Atualmente, o governo representa 80% do volume de livros vendidos pela editora.

Em termos de receita, as compras governamentais correspondem a 60%; os outros 40% vêm da comercialização de livros didáticos para escolas particulares. A Positivo pretende abordar o mercado editorial do ensino privado com o lançamento de uma coleção literária de 96 títulos, para alunos de até 10 anos, e com novas edições do dicionário *Aurélio*. Dois milhões de exemplares do dicionário foram vendidos desde 2004, quando este passou a pertencer ao grupo.

KOIKE, Beth. Positivo, do Paraná, planeja crescer em didáticos. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 jun. 2008. Empresas, p. B4.

Centro Tecnológico de Maringá

Foi inaugurado, no final de junho, o Centro Tecnológico de Maringá/SENAI, na região norte central do Paraná. Serão oferecidos 12 cursos técnicos, com ênfase nas áreas de metal-mecânica, informática, química e vestuário. A infra-estrutura de salas de aula e 21 laboratórios será capaz de atender 1.500 alunos.

Parte dos R\$ 4 milhões investidos teve origem no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia do Ministério da Educação. A iniciativa também conta com o suporte da prefeitura local, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e da Fundação Tecnópolis (parceria entre o Sindicato da Indústria Metal-Mecânica e o Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá).

ROSSI, Octávio. Maringá tem centro tecnológico. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 jun. 2008. p. 23.

COMÉRCIO

Wal-Mart aumenta presença em Londrina

O grupo Wal-Mart anunciou a construção de duas novas lojas em Londrina. A cidade conta com uma unidade Mercadorama, e receberá as bandeiras Big e Maxxi Atacado.

Enquanto o hipermercado tem abertura prevista para 2010, a loja com vendas por atacado deve ser inaugurada em 2008, tendo foco nas classes C e D e nos pequenos comerciantes. Ao todo, serão investimentos de R\$ 90 milhões, com expectativa de criar cerca de 500 empregos diretos.

A rede de supermercados possui mais de 300 lojas no País, 40 delas no Paraná, e atua com cinco bandeiras diferentes.

MAZZINI, Fernanda. Finalmente, Wal-Mart terá duas lojas em Londrina. **Folha de Londrina**, 7 maio 2008. Economia, p. 1.

Drogaria Onofre em Curitiba

Curitiba contará com a entrada de um novo grupo em seu mercado farmacêutico, a Drogaria Onofre. A loja irá receber investimentos de R\$ 1,5 milhões. Fundada em 1934, a rede conta com 33 lojas em quatro estados e tem dois mil funcionários. Está investindo R\$ 40 milhões para ampliar suas operações a mais três estados.

Com faturamento de R\$ 550 milhões no ano passado, o grupo prevê atingir neste ano um faturamento de R\$ 700 milhões.

BERTOLDI, Andréa. Drogaria Onofre vai investir R\$ 1,5 mi no PR. **Folha de Londrina**, 15 maio 2008. Economia, p. 4.

Drogamed é vendida por R\$ 8,5 milhões

O grupo Maioka Comércio de Medicamentos comprou todas as 76 lojas da rede Drogamed – incluindo os estoques e o mobiliário –, que teve falência decretada pela Justiça. A negociação foi fechada no final de maio, por R\$ 8,5 milhões.

Fundada em 1979, a Drogamed fundiu-se em 1998 com a rede de lojas Minerva, uma das mais tradicionais do Estado. Inicialmente, serão investidos R\$ 4 milhões para a reabertura de

40 lojas, que irão operar com a bandeira Minerva. Parte dos funcionários dispensados após a falência será recontratada.

BERTOLDI, Andréa. Grupo Maioka compra lojas da Drogamed por R\$ 8,5 mi. **Folha de Londrina**, 30 maio 2008. Economia, p.3.

RIOS, Cristina. Novo dono da Drogamed estuda usar marca Minerva. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 jun. 2008. Economia, p.19.

RIOS, Cristina. Marca Minerva retorna em 40 lojas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jun. 2008. Economia, p.2.

Évora investe no varejo

A segunda loja do Supermercado São Francisco em Londrina deverá ser inaugurada em setembro. Instalada no Shopping Com Tour, ocupará 2.400 metros quadrados.

Segundo o Grupo Évora, que é proprietário do São Francisco e administra o Com Tour, o investimento no supermercado é de R\$ 4,5 milhões. O grupo também está aplicando R\$ 1,5 milhão em reformas no *shopping*.

MENDONÇA, Gisele. Começa obra de novo supermercado no Com Tour. **Folha de Londrina**, 3 jun. 2008. Economia, p.3.

SERVIÇOS

ALL investe R\$ 700 milhões

Com o forte ritmo de escoamento da safra agrícola no Brasil, a América Latina Logística (ALL) faz previsão de melhorar seu desempenho, com crescimento de 12% a 14% em 2008.

Durante este ano, serão recuperados 50 locomotivas e 1.200 vagões provenientes da aquisição da Brasil Ferrovias, com parte dos R\$ 700 milhões a serem investidos na empresa. A ALL também encomendou, em parceria com seus clientes, 250 novos vagões-tanque.

RIOS, Cristina. Escoamento da safra puxa resultado da ALL. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 maio 2008. Economia, p. 23.

QUESTÃO AGRÁRIA

Invasão de terras no Paraná

Segundo levantamento da Paraná Pesquisas, contratada pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), ocorreram 840 invasões e reinvasões de terra no Estado nos últimos 20 anos. A pesquisa por amostragem foi realizada junto aos produtores, vítimas dos invasores, e, embora o período destacado seja de 2000 a 2006, é possível fazer projeções sobre o que vem ocorrendo desde 1987 nas 546 propriedades rurais já invadidas.

Apesar de líderes dos “sem-terras” afirmarem que as ocupações se dão em grandes propriedades improdutivas, 27% das invasões acontecem nas pequenas e médias propriedades, e apenas 21% das áreas invadidas são consideradas não produtivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A pesquisa também mostrou que 71% das invasões foram comandadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e que a média de pessoas nas ocupações é de 257, muitas vezes treinadas para promover as ações com eficiência e usar arma branca ou de fogo.

Os prejuízos causados atingem, em média, R\$ 134.000,00 por propriedade invadida e incluem destruição e roubo de bens e abate de animais. Além dessas perdas, a desocupação das terras custa aproximadamente R\$ 30.000,00 aos produtores rurais, que, em 48% dos casos, promovem demissões após as invasões. O tempo para reintegração de posse pode chegar a 147 dias, sendo que em 29% dos casos ocorridos não houve reintegração.

PESQUISA mostra perfil das invasões de terra no Paraná. **Boletim Informativo**, Curitiba: FAEP, v. 23, n. 1001, p. 11-18, 21-27 abr. 2008.

Manifestação de agricultores

A hidrelétrica de Salto Santiago, em Saudade do Iguaçu, foi alvo de protestos devido à exploração de recursos naturais pela empresa que a administra, a transnacional franco-belga Suez-Tractebel. A manifestação foi feita por membros da Via Campesina e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Cerca de 600 pessoas se revezaram na ocupação, visando rebater a predominância do agronegócio no meio rural e a presença das transnacionais no País. O protesto foi pacífico e não prejudicou o trabalho local, mas houve repreensão por parte da Polícia Militar.

Quando a usina foi construída, em 1979, aproximadamente mil famílias foram atingidas sem serem indenizadas de forma adequada. O lago da barragem alcança 11 cidades, e os pequenos agricultores foram os mais atingidos.

BREMBATTI, Katia. Agricultores protestam em Salto Santiago. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jun. 2008. p. 11.

* Elaborado com informações disponíveis entre 02/05/2008 e 30/06/2008.

** Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro/pesquisador do GETS (UFPR), professora do Centro Universitário Franciscano (UnifAE), técnica da equipe permanente desta publicação.

*** Acadêmica de Ciências Econômicas (UFPR), estagiária do IPARDES.

TRABALHO

Geração de empregos

O selo de grau de investimento conquistado pelo Brasil atingirá a população de forma positiva a médio prazo. Como o País foi considerado seguro para investimentos, haverá a entrada de maior capital estrangeiro, aumentando a geração de empregos e a renda dos trabalhadores.

A queda na taxa de juros para empréstimos no exterior beneficiará os brasileiros de forma similar: através da criação de empregos pelas empresas que fizerem um financiamento, uma vez que elas possuirão mais recursos a um custo mais baixo.

MAZZINI, Fernanda. Grau de investimento vai gerar mais empregos. **Folha de Londrina**, 4 maio 2008. Economia, p. 9.

Queda na informalidade nas regiões metropolitanas

Em 2007, houve uma queda de 5% no número de trabalhadores informais das regiões metropolitanas. Atualmente eles representam 19,4% da População Economicamente Ativa (PEA), sendo este o menor índice desde 2002.

O forte PIB, a estabilidade da economia e o aumento da demanda interna foram os principais responsáveis pela redução da informalidade nas contratações de mão-de-obra. As ações da fiscalização do Ministério do Trabalho tiveram apenas uma pequena colaboração na queda. De fato, a fiscalização só obteve crescimento em seus números absolutos, pois sua participação de 5,2% na geração de vagas formais manteve-se estável.

Além do aumento de 8% nas contratações com carteira de trabalho assinada, observa-se uma mudança das contratações informais para empregos registrados. Para 2008, espera-se um recorde de 1,8 milhão de novos postos de trabalho formais, representando um incremento de 12,5%.

BOUÇAS, Cibelle. Informalidade cai com PIB forte e fiscalização. **Valor Econômico**, São Paulo, 5 maio 2008. p. A4.

Setor de confecções mantém emprego elevado em Terra Roxa

O município de Terra Roxa, localizado no extremo oeste paranaense, com cerca de 17 mil habitantes, tem um dos menores índices de desemprego do Estado. Isto se deve ao ramo da costura industrial, que gera mais de 3 mil empregos. Graças às suas 50 fábricas, a região tornou-se referência nacional no segmento. O setor movimenta mais de R\$ 25 milhões por ano, representando 30% da economia do município.

Devido a problemas com falta de mão-de-obra, a cidade firmou parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e vai oferecer 120 vagas em cursos de qualificação profissional.

NUNES, Osmar. Roupas infantis saem de sítios para todo o país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 maio 2008. p. 7.

Trabalhadores domésticos na informalidade

Embora a profissão seja reconhecida e a Carteira de Trabalho e a Previdência Social sejam garantidas pela lei, apenas 25% dos empregados domésticos são registrados. Isto ocorre porque mesmo que uma ação reclamatória na Justiça possa ser altamente custosa, a maioria dos patrões prefere manter seus empregados na informalidade. Algumas vezes, a obtenção da carteira de trabalho torna-se um obstáculo para as empregadas domésticas conseguirem emprego.

A categoria, que inclui babás, motoristas particulares e várias outras ocupações, ainda não possui direito ao recolhimento obrigatório do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nem ao recebimento de hora extra.

SILVA, Maria Gizele da. Só 25% das domésticas têm registro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 maio 2008. p. 22.

CIDADANIA

Refeitório para catadores de papel

A Vila das Torres tornou-se sede do primeiro refeitório de Curitiba que atende exclusivamente catadores de papel: o refeitório do Cata (Centro de Apoio ao Trabalhador Ambiental). O projeto ainda não é sustentável, mas conta com voluntários e doações de alimentos. O objetivo é

atender aproximadamente 1,5 mil carrinheiros da Vila e 2,5 mil indiretos (familiares, entre outros). O almoço a R\$ 1 tem colaborado no dia-a-dia de quem vive na informalidade e enfrenta problemas como a exploração e a exposição – inclusive de crianças – aos perigos da rua.

Em Curitiba, 92,5% do lixo reciclável – cerca de 550 toneladas por dia – é recolhido por carrinheiros. De acordo com dados da ONG Lixo e Cidadania, entre 10 e 15 mil pessoas dedicam-se a este trabalho na capital.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente propôs a criação de 22 barracões, de 1,3 mil metros quadrados cada, para a pesagem e a estocagem de lixo reciclável. Estima-se que o projeto seja concluído até 2012, e que até julho de 2008 sejam inaugurados barracões nos bairros Boqueirão, Pinheirinho, Itatiaia e Cajuru. Outro projeto, desta vez elaborado pela Prefeitura Municipal, pretende oficializar o trabalho do carrinheiro, tornando-o remunerado. Também é previsto um recenseamento dos catadores de lixo pela Secretaria, para que se possa desenvolver políticas adequadas à categoria.

FERNANDES, José Carlos. Revolução na hora do almoço. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 maio 2008. p. 6.

Pobres pagam mais tributos no Brasil

De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o sistema tributário brasileiro só contribui para a desigualdade no País, pois permite que os mais pobres paguem mais impostos que os ricos.

Dados de 2002 e 2003 indicam que os 10% mais pobres, os quais têm como renda média R\$ 49,8 por mês, gastam 32,8% da renda com impostos, e os 10% mais ricos, com renda média de R\$ 2.178,00, gastam 22,7% do seu rendimento com impostos.

O estudo mostra também que a incidência de tributos mais aguda acontece entre os pobres, que gastam 1,8% de seu rendimento com o IPTU, enquanto os mais ricos gastam 1,4%.

Analisando a incidência da carga tributária total resultante da soma das cargas direta – aquela que incide sobre renda e patrimônio – e a indireta (aquela que incide sobre o consumo), constata-se que 32,8% incide sobre os mais pobres e 22,7% sobre os mais ricos.

LAUFER, Felipe. 75% da riqueza do país está na mãos de 10% da população. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 maio 2008. p. 21.

ROCHA, Juliana. Tributos tiram mais dos pobres. **Folha de S. Paulo**, 16 maio 2008. p. B3.

Mobilidade dos deficientes ainda é limitada em Curitiba

Em 2004, o decreto federal 5.269 dispôs as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre a acessibilidade de pessoas com deficiências às ruas e ambientes públicos nas cidades. Contudo, ainda permanecem as dificuldades de acesso às calçadas e "orelhões" e de travessia nas ruas de Curitiba, causando-lhes muitos transtornos.

O argumento de que obras que respeitam a acessibilidade são onerosas não se sustenta, pois a ABNT afirma que um projeto dentro das regras poderá no máximo aumentar 1% do valor da obra, e na maior parte das vezes 0,5% do valor total.

Especialistas na área argumentam que faltam uma melhor leitura das normas e adequações básicas nas edificações, bem como uma maior fiscalização.

LOPES, José Marcos. Deficiente ainda tem acesso limitado em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 junho 2008. p. 17.

Políticas para a juventude

As conferências da juventude têm apresentado altos índices de participação dos brasileiros. No Paraná, de acordo com a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 90 mil jovens se mobilizaram. Este anseio é explicado pelo baixo número dos que estudam, (menos da metade), pelo alto índice de desemprego entre eles e pela falta de oportunidades.

O número de brasileiros entre 15 e 19 anos é de 51,1 milhões, e eles representam 46,6% dos desempregados do País. De acordo com o Ipea, 60% dos jovens vivem com suas famílias com uma renda de no máximo dois salários mínimos por mês, o que os deixa vulneráveis à pobreza e à marginalidade. Na faixa etária dos 18 aos 24 anos, 66% dos brasileiros não estudam, apesar de 96,3% dos que se encontram entre 15 e 17 anos participarem de algum programa destinado à educação.

Entre os paranaenses de 15 a 24 anos, 56% estão fora da escola, 37% só trabalham, 19% estudam e trabalham, 25% só estudam e 19% não realizam nenhuma das atividades.

Embora já existam o Pró-Jovem, o Agente Jovem, o ProUni e o Ponto de Cultura, que atendem 3,5 milhões de jovens em 800 municípios, é necessária a implantação de políticas que gerem renda, retorno à escola e promoções de alternativas educacionais para os jovens.

FERNANDES, José Carlos. A guerrilha do ano de 2008. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 jun. 2008. p. 6.

EDUCAÇÃO

Alfabetização no Paraná

Em 2007, foi estipulada a meta de alfabetizar no mínimo 100 mil pessoas por ano até 2010. No ano passado, o Programa Paraná Alfabetizado atingiu 85% dessa meta ao ensinar 85.333 pessoas a ler e a escrever. Apesar de o objetivo não ter sido completamente alcançado, o resultado pode ser considerado um sucesso.

Os principais problemas enfrentados pelo projeto foram a falta de mobilização local em alguns municípios e a resistência por parte de uma pequena parcela dos analfabetos, que acha que, ao ser alfabetizada, perderá benefícios sociais, como o Bolsa Família.

Embora o analfabetismo funcional tenha chances de aumentar, espera-se que em 2010 a taxa de analfabetos paranaenses seja inferior a 3%, conforme índice recomendado pela Unesco.

CABRAL, Themys. No trilho, mas não a todo vapor. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 maio 2008. p. 4.

Inaugurada escola para educação de deficientes

Foi inaugurada a Escola Estadual de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva, que atenderá cerca de 300 crianças, jovens e adultos portadores de transtorno global de desenvolvimento. A inclusão educacional, social e profissional destina-se às vítimas de deficiências mentais como psicose e autismo. O intuito é inserir parte delas no mercado de trabalho.

Embora o Ministério da Educação preveja a inclusão total dos deficientes em escolas regulares e o fechamento das escolas especiais, apenas 13% dos colégios públicos com educação básica no Estado estão adequados fisicamente a alunos especiais. Assim, a implantação da nova instituição é um avanço do ponto de vista da inclusão social.

MARIA, Marcos Paulo de. PR ganha 1º colégio "especial". **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 maio 2008. p. 5.

Cotas para deficientes físicos nas universidades federais do Paraná

Devido a uma Ação Civil do Ministério Público, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR) decidiu que, a partir do próximo vestibular, uma vaga de cada curso será destinada a pessoas portadoras de deficiência, o que corresponde a 5% das vagas. No entanto, tal decisão não agradou à Associação de Deficientes Físicos nem ao reitor da universidade, pelo fato de a UFPR não possuir um programa de integração para pessoas com necessidades especiais.

A ação do Ministério Público estende o programa à Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), que, assim como a UFPR, recorreu da ação.

VARELLA, João. UFPR adota cotas para deficientes físicos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 maio 2008. p. 9.

Desempenho da educação básica em Curitiba

Curitiba teve um bom resultado geral no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Com a nota 5,1, manteve-se pela segunda vez consecutiva como a capital brasileira com melhores notas de 1.^a a 4.^a série, e, com a média 4,1, ficou em segundo lugar entre as capitais na avaliação de 5.^a a 8.^a série.

No entanto, a cidade possui grandes contrastes na área de ensino, como mostra a lista divulgada pelo Ministério da Educação. A escola municipal São Luís, entre os bairros Água Verde e Batel, obteve a maior nota do Paraná (7,1), enquanto a Madre Antônia, no Tarumã, apresentou a menor (2,8).

Com relação aos municípios, o pior índice do Estado ficou com a cidade de Tunas do Paraná, tanto nas séries iniciais (3,1), como nas séries finais do ensino fundamental (2,7). Já o destaque positivo ficou para Ivatuba, que teve índice de 6,3 no ensino de 1.^a a 4.^a série, e de 5,2 no de 5.^a a 8.^a série.

DUARTE, Tatiana; VARELLA, João. Curitiba tem melhor nota entre capitais na educação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jun. 2008. p. 4.

SAÚDE

Apucarana terá hospital especializado em atendimento cardiológico

Para dezembro de 2008, é prevista a conclusão do Hospital Fundação do Coração Vilela Batista, em Apucarana, que contará com equipamentos de última geração ainda inexistentes no Brasil. O investimento será de aproximadamente US\$ 10 milhões, e os recursos para a construção serão fornecidos pela Tokushukai, *holding* japonesa considerada uma das maiores corporações de saúde do mundo.

Inicialmente o hospital terá 100 leitos e atenderá apenas pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é receber pessoas de todo o Brasil e também de outros países. A unidade, que será o maior hospital cardíaco da América Latina, fornecerá cerca de 150 empregos diretos.

KLEIN, Fernando. Apucarana terá maior hospital cardíaco da AL. **Folha de Londrina**, 4 jun. 2008. p. 8.

Municípios podem perder recursos por não atingirem critérios sociais

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) avalia a administração dos recursos do “Bolsa Família” pelos municípios e é informado semestralmente a partir do balanço das famílias beneficiadas. Entre os itens avaliados estão a frequência escolar das crianças e o acompanhamento da saúde, além da veracidade das informações prestadas e da atualização dos cadastros. Os municípios que não apresentam o balanço correm o risco de não receber os recursos utilizados em equipamentos e desenvolvimento em cursos de capacitação.

O IGD varia de 0 a 1, e atualmente o índice mínimo exigido é de 0,4%. Quanto maior o índice alcançado, maior a verba recebida. No Paraná, 145 municípios não atingiram a meta na área de saúde, e a capital, Curitiba, que possui 31.341 famílias beneficiadas e recebe em média R\$ 59 mil, apresenta 0,0 como indicador, pois ainda não atualizou as informações.

SILVA, Maria Gizele da. Municípios correm risco de perder recursos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 jun. 2008. p. 19.

Profissionais são contratados para o Programa Saúde da Família

Médicos e profissionais de várias áreas serão contratados para atender no Programa Saúde da Família em oito municípios do Paraná. Os 24 novos núcleos fazem do Estado o terceiro do Brasil em número de unidades a serem implantadas. Entre os profissionais que poderão ser contratados pelas prefeituras estão pediatras, ginecologistas, psiquiatras, homeopatas e nutricionistas.

Com cobertura de 100% da cidade, Apucarana é referência no programa, e, com a ampliação na oferta de serviços, haverá mais qualidade no atendimento à população. Londrina, Cambé, Iporã, Sapopema, Castro, Arapongas e Rolândia são as outras cidades beneficiadas. Embora o Ministério da Saúde repasse verbas para o programa, será necessária a contribuição de algumas prefeituras.

BREMBATTI, Katia. Saúde da Família amplia atuação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jun. 2008. p. 7.

Sistema de Saúde apresenta capacidade aquém da demanda

Os hospitais de Curitiba e região metropolitana (RMC) que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) estão operando acima de sua capacidade. Os maiores problemas estão em municípios como São José dos Pinhais, que não possui pronto-socorro, e Colombo, onde não há Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Esta situação faz com que os pacientes da RMC procurem vagas na capital, onde, porém, a capacidade de atendimento a pessoas não-residentes é insuficiente para suprir a demanda atual.

Embora Curitiba deva oferecer de 30% a 40% de seus serviços a pacientes de outras cidades, os administradores da saúde pública da capital alegam que não dispõem de recursos para casos de urgência e emergência.

Outro problema é a falta de investimento por parte das prefeituras. De acordo com o Ministério da Saúde e o Tribunal de Contas, algumas cidades da região metropolitana, como Doutor Ulisses e Quatro Barras, não investiram o mínimo constitucional (15% da receita) no setor de saúde. Dentre os municípios da RMC, Araucária é a que mais gasta (R\$ 543,37 por habitante), enquanto Almirante Tamandaré gasta apenas R\$ 94,14.

WALTER, Bruna Maestri; CABRAL, Themys. "Parece hospital de guerra". **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 jun. 2008. p. 4.

WALTER, Bruna Maestri. Gasto em saúde expõe diferenças entre municípios. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 jun. 2008. p. 5.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2008

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008 ⁽¹⁾	6 333	16 732	2 736	46 726	173 285	3 709	27 606	652 488	23 636

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008 ⁽¹⁾	97 283	144 279	1 483	638 629	54 270 921	84 980	39 260	136 424	3 475

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2008

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008 ⁽¹⁾	490 293	768 422	1 567	179 762	3 976 651	22 122	2 884 437	15 193 489	5 267

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008 ⁽¹⁾	394	934	2 371	3 981 917	11 976 329	3 008	1 091 766	2 839 746	2 601

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2008

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Abril	154 305	22 120	33 389
1998	854 517	236 358	193 435	Maio	174 150	25 067	40 391
1999	957 237	198 873	229 466	Junho	161 478	23 230	37 481
2000	1 041 412	181 113	235 315	Julho	168 954	22 726	39 401
2001	1 121 828	197 985	263 451	Agosto	183 387	24 239	38 801
2002	1 235 681	219 350	333 951	Setembro	166 480	23 182	34 590
2003	1 344 398	219 774	359 139	Outubro	195 040	31 336	36 530
2004	1 557 747	276 806	340 568	Novembro	187 998	28 162	36 271
2005	1 788 481	308 947	367 765	Dezembro	177 517	25 686	32 275
2006	1 856 061	316 898	390 394	2008 ⁽¹⁾	586 543	65 468	105 707
2007 ⁽¹⁾	2 057 318	295 010	437 152	Janeiro	207 622	23 875	36 983
Janeiro	171 625	24 474	36 043	Fevereiro	185 110	21 375	33 944
Fevereiro	148 550	22 662	33 603	Março	193 812	20 218	34 780
Março	167 834	22 124	38 377				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2007

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941
2007 ⁽¹⁾	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2008

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007 ⁽¹⁾	12 352 857	9 016 749	3 336 109	160 649 073	120 624 439	40 024 634
Janeiro	659 338	474 086	185 252	10 983 868	8 468 319	2 515 549
Fevereiro	761 248	539 368	221 879	10 129 505	7 230 221	2 899 285
Março	1 005 314	751 224	254 090	12 888 956	9 583 081	3 305 875
Abril	1 028 832	507 388	521 444	12 446 172	8 268 307	4 177 865
Mai	1 086 942	740 509	346 433	13 647 281	9 793 915	3 853 366
Junho	1 121 023	608 699	512 324	13 118 083	9 297 190	3 820 893
Julho	1 139 258	1 055 803	83 455	14 119 548	10 775 578	3 343 970
Agosto	1 177 934	733 397	444 537	15 100 029	11 558 343	3 541 686
Setembro	1 063 477	867 363	196 114	14 165 675	10 694 466	3 471 209
Outubro	1 245 111	975 522	269 589	15 767 822	12 333 796	3 434 026
Novembro	1 092 687	837 843	254 844	14 051 330	12 025 393	2 025 938
Dezembro	971 695	925 547	46 149	14 230 803	10 595 830	3 634 973
2008 ⁽¹⁾	6 159 726	5 218 561	941 165	72 051 372	63 400 477	8 650 895
Janeiro	1 022 941	803 112	219 829	13 276 884	12 334 133	942 751
Fevereiro	974 475	1 092 216	-117 741	12 799 920	11 919 588	880 331
Março	1 102 108	851 965	250 143	12 612 775	11 600 581	1 012 194
Abril	1 188 507	631 861	556 646	14 058 430	12 313 260	1 745 171
Mai	1 871 670	1 839 228	32 442	19 303 363	15 228 545	4 074 818

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2008

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	80,93	83,30	99,00	89,08	92,49	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	106,57	104,55	119,68	116,63	111,83	
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	105,64	103,65	118,59	115,48	110,78	
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	98,63	78,44	93,03	111,04	135,94	
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	180,81	132,56	160,12	154,04	185,55	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	117,98	110,54	130,75	119,37	132,49	
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	107,72	107,90	107,87	81,91	77,40	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	282,28	250,16	332,66	274,27	300,74	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	144,08	121,11	145,25	156,53	166,21	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	112,28	102,99	120,18	117,44	122,43	

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08		
Combustíveis e lubrificantes	97,11	95,49	93,24	84,92	80,59	74,37	75,25	83,17	76,56	81,56	88,22	86,35		
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	111,53	111,68	114,28	120,84	118,82	118,30	151,80	120,47	118,39	112,34	131,79	119,37		
Hipermercados e supermercados	110,46	110,74	113,26	119,90	117,66	117,24	150,82	119,47	117,68	111,40	130,69	118,11		
Tecidos, vestuário e calçados	102,22	108,44	107,18	98,71	105,38	112,49	195,85	106,63	113,12	85,23	99,63	128,54		
Móveis e eletrodomésticos	161,39	169,28	182,58	166,93	189,45	191,95	271,70	179,29	202,10	157,89	181,37	175,80		
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	131,88	125,30	137,92	131,65	138,69	139,12	163,56	132,76	133,32	123,26	142,56	131,88		
Livros, jornais, revistas e papelaria	75,18	80,79	86,27	74,08	61,69	62,72	122,01	105,92	114,83	118,99	107,01	82,86		
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	323,06	347,85	355,91	352,63	368,70	370,65	498,93	379,02	425,62	324,40	358,38	407,68		
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	143,97	143,64	157,85	150,55	173,81	175,84	311,70	163,84	167,21	141,05	185,60	161,48		
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	116,22	117,35	120,89	119,66	122,15	121,93	164,31	122,38	123,75	112,01	129,92	123,82		

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2008

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																
	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08
Indústria de transformação	105,6	106,1	128,4	121,4	124,9	122,6	127,4	136,7	123,3	145,6	126,0	117,0	127,0	125,3	118,9	130,8	133,2
Alimentos	88,1	90,9	114,6	121,1	116,6	127,3	127,0	138,1	127,7	133,3	113,0	95,7	97,2	94,9	78,8	103,8	111,1
Bebidas	115,8	108,9	121,1	109,2	105,7	88,9	97,7	116,3	111,8	123,2	165,9	177,6	111,3	114,0	102,1	120,1	109,3
Madeira	89,2	90,3	91,4	86,0	101,3	98,7	98,8	106,2	97,8	98,9	95,0	94,8	100,6	103,3	101,7	104,8	92,6
Celulose, papel e produtos de papel	115,0	107,8	118,1	117,5	111,7	119,5	120,3	124,6	91,4	114,3	106,2	123,2	130,0	131,9	123,1	131,3	133,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	197,9	197,8	236,6	230,0	114,3	102,8	149,9	168,5	155,0	296,9	174,5	150,0	217,8	229,5	210,7	203,9	227,2
Refino de petróleo e álcool	86,9	69,5	93,2	90,5	106,0	99,1	92,6	106,1	103,5	105,6	69,8	103,0	93,6	91,2	89,1	94,5	99,4
Outros produtos químicos	58,0	79,4	83,6	71,5	72,6	89,9	90,5	106,1	101,2	102,5	67,2	67,8	66,1	78,4	66,2	51,7	68,0
Borracha e plástico	108,7	100,4	120,5	105,2	109,0	104,7	111,7	115,9	109,3	128,1	116,6	107,1	116,7	117,4	110,6	119,2	119,7
Minerais não metálicos	90,8	97,7	108,8	119,6	115,5	87,5	83,2	83,1	79,0	100,3	93,0	83,0	107,8	100,6	106,9	111,8	112,0
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	90,7	99,3	121,9	113,3	125,9	97,7	120,1	127,0	106,8	110,3	90,1	91,0	103,6	98,0	96,6	105,5	114,6
Máquinas e equipamentos	123,6	125,8	147,1	130,8	155,1	152,7	162,6	141,1	145,0	166,8	165,4	158,2	163,8	161,5	158,1	170,4	165,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	122,2	116,2	131,6	137,9	152,2	139,1	153,9	165,0	129,6	137,0	137,0	134,8	133,3	150,1	136,1	129,1	117,9
Veículos automotores	167,6	176,0	238,0	185,7	233,0	215,8	228,0	255,2	206,3	289,6	275,5	194,8	272,0	245,3	260,0	297,0	285,6
Mobiliário	81,9	84,5	92,6	93,4	100,3	95,4	100,9	109,6	105,3	114,9	126,9	113,1	83,9	90,6	81,7	81,4	81,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2008

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	106,1	106,3	107,5	108,5	109,3
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	76,6	77,2	76,9	76,6	77,7
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	106,5	106,7	107,9	108,9	109,7
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	156,6	155,9	157,8	158,1	156,4	157,2
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	110,7	301,0	409,6	411,3	389,2
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	91,5	90,4	93,1	92,8	92,6
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	122,1	125,6	127,4	130,4	130,9
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	104,4	93,6	98,0	100,7	99,8	100,5
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	51,0	50,0	51,0	50,3	48,3
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,5	125,7	126,8	126,9	127,4
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	150,6	156,6	185,3	245,7	276,8
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	106,0	105,6	106,5	106,8	108,0
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	93,5	94,0	94,8	94,7	96,4
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	131,5	129,3	127,2	128,3	127,6
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	65,3	65,8	65,9	65,7	66,1
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	94,5	92,9	93,4	93,2	95,0
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	124,0	120,6	121,0	128,4	130,9
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	91,3	95,2	97,6	98,3	99,9
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	133,7	133,4	135,7	137,5	139,6
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	65,9	64,4	63,9	63,5	64,4

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08
Indústria geral	109,0	108,6	110,3	111,4	111,3	110,9	108,7	110,1	109,4	109,9	110,2	110,8
Indústrias extrativas	77,1	76,5	77,0	76,1	76,2	76,4	75,2	75,0	73,0	75,4	75,9	75,8
Indústria de transformação	109,4	109,0	110,7	111,9	111,7	111,3	109,2	110,5	109,8	110,4	110,6	111,2
Alimentos e bebidas	155,5	155,7	154,7	157,4	157,4	157,4	155,9	161,0	161,4	160,2	160,9	161,6
Fumo	279,8	84,3	85,2	86,0	89,0	98,4	99,2	187,4	129,1	160,9	229,3	230,5
Têxtil	92,2	91,7	94,3	92,8	86,1	85,8	83,6	87,3	84,8	88,5	88,2	87,7
Vestuário	127,7	126,2	129,7	130,2	126,1	127,6	121,5	118,3	116,5	119,3	117,9	119,3
Calçados e couro	101,0	108,8	112,5	113,2	114,5	113,1	97,3	100,0	96,6	98,7	100,2	104,5
Madeira	47,3	47,7	51,7	52,2	51,1	49,2	49,0	49,7	50,4	50,2	49,7	48,7
Papel e gráfica	128,1	127,0	127,3	129,9	129,8	128,5	127,3	124,0	124,0	124,4	123,5	123,9
Refino de petróleo e combustíveis	272,4	260,2	263,8	268,1	268,1	254,7	177,3	200,2	159,3	168,6	212,1	260,8
Produtos químicos	109,1	108,2	108,4	109,4	108,7	109,0	108,8	111,6	110,9	111,7	111,9	112,0
Borracha e plástico	97,5	96,3	97,2	93,3	94,3	93,7	91,0	89,5	88,0	89,6	90,1	90,0
Minerais não-metálicos	128,5	128,3	130,6	129,2	132,5	132,1	131,8	133,4	133,5	132,0	134,2	134,0
Metalurgia básica	67,0	66,5	69,1	69,3	72,2	71,6	71,1	71,0	72,0	70,1	71,2	70,7
Produtos de metal ⁽¹⁾	97,2	95,0	95,6	98,9	99,4	99,2	97,6	97,1	98,3	97,3	95,8	97,0
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	131,5	135,1	139,4	141,4	143,8	145,7	147,7	158,0	153,1	158,9	160,5	159,6
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	98,2	96,8	94,0	94,4	93,2	91,0	90,2	99,1	96,6	98,1	99,7	101,8
Fabricação de meios de transporte	141,4	142,2	145,5	148,6	149,0	149,7	149,4	148,8	147,4	147,9	150,3	149,4
Fabricação de outros produtos	66,5	65,4	65,2	66,2	68,9	69,6	70,4	66,0	68,7	67,3	64,4	63,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2008

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090
Abril	12 696	1 071	3 407	5 078	5 226	-	27 478
Mai	6 433	1 151	2 289	3 965	2 522	-	16 360
Junho	3 542	708	1 650	1 498	1 068	-	8 466
Julho	3 804	1 296	2 201	2 877	-110	-	10 068
Agosto	5 682	1 515	2 802	2 503	-466	-	12 036
Setembro	5 380	1 192	3 449	3 699	469	-	14 189
Outubro	4 695	510	4 745	2 691	447	-	13 088
Novembro	735	-734	6 739	3 071	-828	-	8 983
Dezembro	-17 203	-1 554	-1 016	-4 954	-6 491	-	-31 218
2008	35 171	9 730	13 749	26 027	10 541	-	95 218
Janeiro	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317
Fevereiro	4 606	1 658	2 389	5 895	182	-	14 730
Março	9 166	809	3 402	6 973	4 735	-	25 085
Abril	9 961	1 647	4 015	5 645	5 079	-	26 347
Mai	5 167	3 095	3 015	4 541	921	-	16 739

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2007

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	2,66
2003	109 459	4,48	1 699 948	1,15
2004	122 434	4,94	1 941 498	5,66
2005	126 622	-0,10	2 147 239	3,16
2006 ⁽³⁾	131 982	1,4	2 332 936	3,8
2007 ⁽³⁾	145 637	6,0	2 558 821	5,4

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná.